Itaú

Carta do Gestor

IFRI11

Abril 2025

Asset Management

IFRI11

Itaú FIC FI de Infraestrutura CDI

Objetivo de retorno*

O fundo busca retorno, no longo prazo, de

+0,5% a 1,0% a.a.

acima do retorno do CDI

O que é?

Estratégia de investimento em títulos privados sem incidência de imposto de renda, com temas relacionados aos setores de infraestrutura.

Como?

Investimento em infraestrutura via títulos privados incentivados.

Rendimentos distribuídos (desde o início)

Data de início do Período	Data de pagamento	Valor Patrimonial da Cota no início do período [B]	Rendimento (R$ / cota) [A]	Rendimento (%) [A/B]	Rendimento (%) [A/B] Anualizado
28/abr/24	07/jun/24	R$ 100,00	R$ 0,78	0,78%	9,77%
31/mai/24	05/jul/24	R$ 99,96	R$ 0,80	0,80%	10,04%
28/jun/24	07/ago/24	R$ 100,12	R$ 1,00	1,00%	12,67%
31/jul/24	07/set/24	R$ 100,20	R$ 1,00	1,00%	12,66%
30/ago/24	08/out/24	R$ 100,10	R$ 1,02	1,02%	12,94%
30/set/24	07/nov/24	R$ 100,40	R$ 1,03	1,03%	13,03%
31/out/24	06/dez/24	R$ 100,60	R$ 1,04	1,03%	13,14%
29/nov/24	08/jan/25	R$ 100,23	R$ 0,85	0,85%	10,66%
31/dez/24	07/fev/25	R$ 100,33	R$ 0,90	0,90%	11,31%
31/01/2025	11/mar/25	R$ 100,15	R$ 1,05	1,05%	13,33%
28/02/2025	07/abr/25	R$ 100,37	R$ 1,00	1,00%	12,63%

*Esta rentabilidade alvo não representa e nem deve ser considerada, sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade

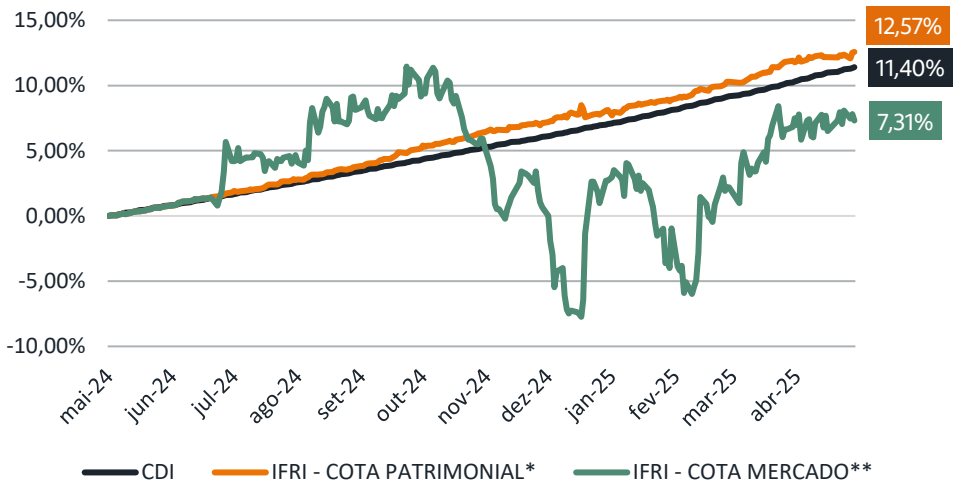
30 de Abril

Cota Patrimonial
101,4

Cota Mercado
95,9

Rentabilidade nominal* dos últimos 12 meses
12,57%
1,17% acima do CDI

Retorno acumulado



2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
COTA PATRIMONIAL*	0,72%	1,27%	1,46%	0,61%	-	-	-	-	-	-	-	-	**4,11%**
COTA MERCADO**	-3,55%	3,17%	4,54%	0,44%	-	-	-	-	-	-	-	-	**4,49%**
CDI	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	-	-	-	-	-	-	-	-	**4,07%**
2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
COTA PATRIMONIAL*	-	-	-	-	0,76%	0,96%	1,08%	0,90%	1,32%	1,22%	0,67%	0,95%	**8,13%**
COTA MERCADO**	-	-	-	-	0,76%	4,88%	-1,22%	3,57%	2,12%	-4,06%	-4,97%	2,02%	**2,70%**
CDI	-	-	-	-	0,79%	0,79%	0,91%	0,87%	0,83%	0,93%	0,79%	0,93%	**7,04%**

*Retorno considerando os rendimentos distribuídos.
**De 02/05/24 a 19/06/24 o fundo ainda não era negociado em bolsa e consideramos o valor da cota patrimonial no período para compor o retorno. O fundo passou a ter negociação em bolsa em 20/06/24

Comentário do gestor

Portfólio Atual e Perspectivas

Informamos que nesse mês, apesar do esforço da gestão, por questões de mercado que explicaremos mais adiante - e não por qualquer questão de crédito - o IFRI excepcionalmente neste mês de abril não distribuirá rendimentos. Antes de aprofundar no tema é importante reforçar que não há qualquer questão de crédito com qualquer dos ativos da carteira. Todos os investimentos do IFRI seguem saudáveis, sem atrasos, inadimplementos, provisões ou intercorrências.

Como segundo ponto, gostaríamos de relembrar os cotistas de que o IFRI apura seus rendimentos a distribuir em uma metodologia de caixa. Ou seja, o resultado distribuível do fundo é composto pelos seguintes elementos: (i) juros pagos pelas debêntures da carteira, (ii) pelo lucro ou prejuízo que fazemos nas vendas dos papéis, (iii) pelo componente de IPCA embutido na amortização das debêntures e (iv) pelo resultado das operações de hedge que fazemos no fundo. Lembramos também que o fundo opera estes derivativos de hedge exclusivamente para converter os papéis em IPCA, uma vez que todas as debêntures incentivadas do fundo foram emitidas em IPCA, para CDI, que é o benchmark do fundo.

Tendo isso em mente, esclarecemos que o mês de abril é um mês com menor concentração de pagamentos de juros. Relembrando, as debêntures incentivadas pagam juros a cada seis meses ou a cada doze meses. E, pelo perfil da nossa carteira, temos poucas debêntures que pagam juros no mês de abril. E a segunda explicação para o não pagamento de rendimento no mês - esta muito mais significativa - é a queda dos juros da NTN-B, o título público atrelado à inflação. Para ilustrar melhor, a taxa de juros embutida na NTN-B 2032 reduziu aproximadamente 0,35%, o que é a queda mais expressiva observada nos últimos 22 meses. Quando ocorre uma queda nos juros reais desta magnitude, os papéis do fundo naturalmente se valorizam, porém, pela mecânica dos derivativos, o fundo sofre um ajuste negativo de caixa muito grande. Estes dois movimentos contabilmente se anulam, porém o ajuste do derivativo impacta o caixa, ao passo que a valorização das debêntures não afeta o caixa. Esse descompasso, combinado com o fato de termos poucos papéis pagando juros em abril, culminaram em infelizmente não termos distribuição neste mês.

Nesse contexto, e buscando ajustar esta situação estamos atuando junto ao administrador do fundo e, a partir do mês de julho deste ano, migraremos o IFRI para um regime de distribuição de proventos que leve em consideração o lucro contábil auferido pelo regime de competência para a distribuição de rendimentos. Com isso estimamos, obviamente sujeito a condições de mercado e da nossa carteira, obter dividendos nos patamares anteriores ou até mesmo maiores e em linha com a valorização das debêntures nas quais o fundo investe. Esclarecemos também que a migração para esta metodologia somente pode ocorrer a partir de julho, tendo em vista que o exercício social do fundo se encerra em junho.

Sabemos que é um assunto complexo, mas buscando passar o maior número de informações e transparência, cabe aqui tentar explicar melhor as diferenças entre as duas metodologias utilizadas para a distribuição de rendimentos em fundos de investimento. Na metodologia de caixa, o resultado do fundo é dado por eventos que efetivamente geraram uma variação no caixa do fundo, ou seja, de forma geral, entradas de caixa contam como receitas e saídas de caixa contam como despesas, como explicamos acima. Portanto, esse modelo permite termos distribuições de rendimentos em linha com a geração de caixa no mês do fundo, mas em contrapartida pode, a nosso ver, trazer maior volatilidade, uma vez que existem variações grandes nos diferentes meses do ano em relação às entradas de caixa no fundo. Na metodologia de distribuição de rendimentos baseada no lucro contábil auferido pelo regime de competência, o resultado do fundo é dado pela valorização contábil dos papéis, deduzido dos custos do fundo e do resultado (seja positivo ou negativo) dos hedges da carteira. Ou seja, esse modelo reflete, para a sua distribuição de rendimentos, o acúmulo de juros nos papeis, que geram resultado contábil positivo, ainda que eles ainda não tenham de fato entrado como caixa dentro do fundo. A metodologia competência, porém, não é isenta de volatilidade, uma vez que variações negativas abruptas nos preços dos papéis também podem afetar a distribuição de rendimentos.

A gestão tinha uma visão de que a metodologia de caixa traria maior retorno para os cotistas via pagamento de rendimentos, tendo em vista a nossa estratégia de atuação de buscar lucro negociando papéis dentro da carteira do fundo. No entanto, os efeitos caixa das operações de hedge se mostraram mais acentuados do que concebemos inicialmente. Assim, olhando em retrospecto o comportamento da carteira e visando neutralizar os efeitos dos hedges, julgamos mais adequado proceder com a mudança para a metodologia de distribuição com base em lucro contábil. Apenas ilustrando, contabilmente ao final de abril o fundo possuía R$ 1,44 de lucros acumulados por cota; esses lucros são fruto de juros e variação positiva do IPCA auferidos pelos títulos de crédito do fundo, além de variações positivas na marcação dos títulos. Indicamos esse número para mostrar que o IFRI está bastante saudável, mas com uma, a nosso ver, limitação de distribuição.

Comentário do gestor

Portfólio Atual e Perspectivas

Sabemos que os nossos investidores contam com a distribuição mensal de rendimentos e sentimos muito por não poder corresponder neste momento. Vamos trabalhar com afinco para recuperar nos meses subsequentes o valor não distribuído.

Entrando agora nos movimentos da carteira. Neste mês de abril adquirimos R$ 9,7 MM da debênture da Brasil Tecpar, um provedor de internet com forte atuação nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso. Os recursos da emissão serão aplicados em investimentos de expansão de rede, o papel tem 7 anos de prazo saiu com taxa de IPCA + 11,56% e conta ainda com rating A+ pela agência S&P. Ainda sobre as movimentações da carteira, nos desfizemos parcialmente dos papéis NTSD36, LMTPA0 e BRKPA3 e vendemos integralmente nossa posição nos papéis RENTC8, CERO19 e SUMI17, somando ao todo R$ 65 MM em desinvestimentos.

Número de Cotistas	**12.581**
Volume diário desde o início[1]	**R$ 2.351** mil/dia
Volume diário no mês[1]	**R$ 1.710** mil/dia

[1] Fonte: Bloomberg

Q&A

Para finalizar, apresentamos a seguir uma seção de perguntas e respostas para endereçar possíveis questionamentos dos investidores a respeito do momento atual do IFRI:

1. O não pagamento de rendimentos está ligado a algum problema de crédito do fundo?
Resposta: de forma alguma. Toda a carteira do fundo segue saudável, sem atrasos, inadimplementos ou provisões.

2. O que aconteceu no nesse mês de abril?
Resposta: no mês de abril tivemos a maior queda da taxa de juros reais observada nos últimos 22 meses. O cupom da NTN-B fechou 0,33%, uma queda que não se via há quase dois anos, em junho de 2023, quando o cupom fechou também 0,33%. Essa queda resultou em um resultado muito negativo para os hedges da carteira do IFRI neste mês. Como o IFRI apura seus resultados distribuíveis em uma metodologia caixa, a valorização dos ativos da carteira decorrente do fechamento da curva de juros não afeta ao caixa, ao passo que os ajustes negativos das operações de derivativos afetam o caixa.

3. Qual é a diferença entre a metodologia caixa e a metodologia competência de apuração de resultados?
Resposta: na metodologia caixa, a distribuição de resultados do fundo é dada pelos eventos que efetivamente geraram uma variação no caixa do fundo, ou seja, de forma geral entradas de caixa contam como receitas e saídas de caixa contam como despesas. Neste sentido, as seguintes entradas de caixa contam como receitas: juros pagos pelas debêntures, parcela do IPCA contida na amortização das debêntures, lucro auferido na venda de papéis e o resultado (quando positivo) dos hedges da carteira. Contam como despesas: os custos do fundo e o resultado (quando negativo) dos hedges da carteira. Na metodologia competência, a distribuição de resultados do fundo é dada pela valorização contábil dos papéis da carteira (decorrente do accrual do IPCA e dos juros), deduzido dos custos do fundo e do resultado (seja positivo ou negativo) dos hedges da carteira.

4. Esse efeito do hedge será compensado nos próximos meses?
Resposta: não podemos afirmar com certeza se este efeito do hedge será compensado. Isto depende das movimentações futuras da curva da NTN-B nos próximos meses. O que podemos afirmar é que, a partir de julho, após a migração para a metodologia competência, os efeitos do hedge, quando negativos, deverão ser neutralizados pela valorização dos papéis da carteira.

5. O fundo não tinha caixa, por isso não será feita distribuição?
Resposta: Não é esse o motivo. Ao final de abril o fundo dispunha de R$ 3,5 MM de recursos em caixa livre. Porém, a gestão de liquidez e do caixa dentro do fundo faz parte do dia a dia da gestão e facilmente conseguiríamos vender ativos para fazer frente à distribuição.

6. Se o fundo tem CDI como benchmark, por que ele adquire debêntures indexadas em IPCA?
Resposta: as debêntures incentivadas, que são os títulos isentos nos quais o fundo investe, por lei não podem ser emitidas em CDI diretamente. Assim, a maior parte dos emissores de debêntures incentivadas opta por emiti-las em IPCA.

7. O que podemos esperar para os próximos dois meses?
Resposta: para os próximos dois meses, estimamos um recebimento de aproximadamente R$ 13,2 MM em juros na carteira do IFRI. Esse valor é substancialmente superior ao recebido em abril (que foi de R$ 2,3 MM) e contribuirá para a resultado distribuível do fundo. Porém é importante lembrar dois pontos aqui: este valor não inclui ganhos com vendas de ativos que poderemos fazer ao longo dos meses de maio e junho e tampouco inclui os efeitos caixa das operações de hedge. Vale esclarecer que do ponto de vista de preservação de patrimônio, o fundo segue saudável e com a cota patrimonial fechando o mês de abril em R$ 101,44, valor bastante superior ao da emissão do fundo. A gestão está trabalhando para possibilitar a distribuição de rendimentos nos próximos dois meses. Porém, podem ocorrer cenários extraordinários que limitem severamente esta distribuição; como, por exemplo, outro fechamento intenso da curva da NTN-B como ocorreu no mês de abril.

8. E a partir do próximo exercício social que se inicia em julho/25, o que podemos esperar?
Resposta: a partir do próximo exercício social estaremos na metodologia competência para fins de distribuição de rendimentos. Como descrevemos acima, nesta metodologia, o resultado passível de distribuição do fundo seguirá a ótica contábil. Além disso, vale comentar que todo lucro (ou prejuízo) contábil acumulado ao final do exercício anterior, que se encerra em junho/25, será transferido para o novo exercício e contribuirá positivamente (ou negativamente) para as distribuições subsequentes.

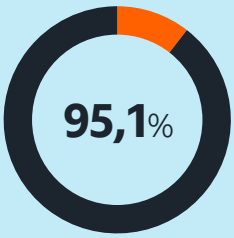
[1] Fonte: Bloomberg

Informações sobre a carteira (em 30/04/2025)

Código	Debênture Incentivada	Emissor	Setor	Taxa de Entrada (CDI+)*	Taxa (MtM) (CDI+)*	Duration	Rating	Volume Financeiro (R$ MM)	%PL
CRTR12	Sim	EPR Triângulo	Rodovias	1,04%	0,99%	7,26	A+	58,14	5,73%
RMSA12	Sim	BRK Maceió	Saneamento	1,32%	1,66%	7,42	AA-	56,56	5,57%
RSAN26	Sim	Corsan	Saneamento	0,92%	0,79%	8,47	AA+	55,43	5,46%
RIS414	Sim	Águas do Rio	Saneamento	1,57%	0,89%	5,38	AA+	41,37	4,08%
CRCF12	Sim	EPR Vias do Café	Rodovias	0,82%	0,91%	9,01	AA	41,34	4,07%
ENAT13	Sim	Enauta	Óleo e Gás	1,57%	1,57%	4,15	AA-	38,88	3,83%
SUMI37	Sim	Giga Mais	Telecomunicações	2,14%	1,77%	5,93	A+	37,40	3,69%
RECV11	Sim	PetroRecôncavo	Óleo e Gás	1,02%	0,64%	4,12	-	36,62	3,61%
SABP12	Sim	Rio + Saneamento	Saneamento	1,39%	1,20%	7,85	AA-	35,89	3,54%
CLTM14	Sim	Concessionária Linhas 8 e 9	Mobilidade urbana	1,41%	1,32%	6,27	AA	35,67	3,52%
SRQE11	Sim	São Roque Energética	Geração hidrelétrica	1,99%	1,98%	4,47	AA	29,87	2,94%
AEGPA4	Não	Aegea	Saneamento	2,82%	2,02%	1,97	AA+	27,55	2,72%
UNEG11	Sim	GNA	Geração termelétrica	1,64%	1,78%	6,95	A	27,30	2,69%
QUAT16	Sim	Açucareira Quatá	Agronegócio	0,97%	0,58%	5,06	A	27,20	2,68%
SDOM11	Sim	São Domingos	Agronegócio	2,51%	2,42%	3,15	-	26,27	2,59%
GYEN11	Sim	GreenYellow	Geração solar	1,22%	1,24%	6,33	AA+	25,46	2,51%
MEZU12	Sim	Mez 1 Energia	Transmissão de Energia	1,59%	1,46%	7,35	AAA	22,21	2,19%
FEPS11	Sim	Faro Energy	Geração solar	0,88%	0,94%	5,69	AA+	21,12	2,08%
BNOM12	Sim	Bon Nome Solar Particip.	Geração Solar	2,14%	1,43%	4,93	AAA	20,50	2,02%
HGLB23	Sim	Highline	Telecomunicações	2,23%	1,84%	5,20	A-	20,50	2,02%
BTCL12	Sim	BTC	Telecomunicações	2,75%	2,75%	6,04	-	19,60	1,93%
CONF11	Sim	PCH Confluência	Geração hidrelétrica	0,57%	0,55%	6,47	AA+	19,46	1,92%
PCHV12	Sim	PCH BV II	Geração hidrelétrica	2,02%	2,07%	5,09	A	19,10	1,88%
MEZ511	Sim	Mez 5 Energia	Transmissão de Energia	1,46%	1,10%	7,28	AAA	15,68	1,55%
LMTPA0	Não	LM Mobilidade	Locação	1,70%	1,68%	3,37	AA+	15,61	1,54%
AXS911	Sim	AXS 9	Geração Solar	4,11%	3,37%	5,49	-	14,30	1,41%
RECV21	Sim	PetroRecôncavo	Óleo e Gás	0,00%	0,00%	3,61	-	11,99	1,18%
PAXA12	Sim	PAX Aeroportos	Aeroportos	1,71%	1,49%	7,58	AA-	11,40	1,12%
CGOS28	Sim	Equatorial Goiás	Distribuição de Energia	0,30%	0,29%	7,21	AAA	10,70	1,05%
GASC16	Sim	Rumo	Ferrovias	0,34%	0,12%	6,79	AAA	10,47	1,03%
ENAT14	Sim	Enauta	Óleo e Gás	1,76%	1,63%	4,15	AA-	10,34	1,02%
TEPA13	Sim	Brasil Tecpar	Telecomunicações	3,59%	3,46%	4,11	-	9,93	0,98%
PRSS11	Sim	PRS Aeroportos	Aeroportos	0,84%	0,54%	7,82	AA	9,58	0,94%
EQPA18	Sim	Equatorial Pará	Distribuição de Energia	0,65%	0,29%	7,01	AAA	8,96	0,88%
NC00250079B	Não	Órigo Energia	Geração Solar	2,99%	2,99%	2,77	-	8,12	0,80%
ELET16	Sim	Eletrobrás	Transmissão de Energia	0,20%	-0,13%	6,98	AAA	8,03	0,79%
BRKPA3	Não	BRK Ambiental	Saneamento	2,93%	2,23%	3,18	A+	5,97	0,59%
RISP24	Sim	Águas do Rio	Saneamento	1,09%	1,15%	8,60	AA+	4,94	0,49%
GASC26	Sim	Rumo	Ferrovias	0,47%	0,16%	8,59	AAA	4,42	0,44%
FRAG15	Sim	Ferrari	Agronegócio	0,47%	0,65%	4,32	A+	4,26	0,42%
SUMI18	Sim	Giga Mais	Telecomunicações	1,47%	1,67%	4,75	A+	3,87	0,38%
RISP14	Sim	Águas do Rio	Saneamento	1,62%	0,91%	5,38	AA+	3,00	0,30%
NTSD36	Não	NTS	Óleo e Gás	1,59%	1,12%	4,72	AAA	2,79	0,27%
5PIRI311	Não	FIDC Pirineus II MEZ	FIDC de Infraestrutura	2,10%	2,10%	-	-	18,85	1,86%
5ITAU211	Sim	FIDC Pirineus III SUB	FIDC de Infraestrutura	-	-	-	-	31,14	3,07%
5PIRI211	Não	FIDC Pirineus II SUB	FIDC de Infraestrutura	-	-	-	-	1,33	0,13%
Total em Crédito				**1,47%**	**1,32%**	**5,70**		**969,13**	**95,51%**
Caixa								3,45	0,34%
Caixa em margem								59,69	5,88%
Despesas provisionadas e outros								-17,57	-1,73%
Total fundo				**1,40%**	**1,26%**	**5,45**		**1.014,70**	**100,0%**

* Para os ativos que são debêntures incentivadas, essas taxas já consideram o DAP associado

Alocação do fundo



em crédito privado

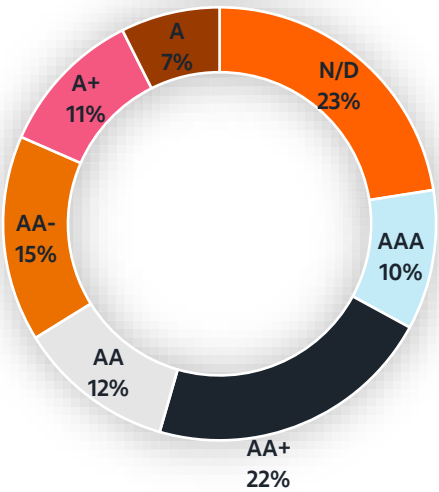
Spread médio
dos títulos privados
(MtM)
CDI + **1,32%**

Duration
dos títulos privado
(média da carteira)
5,70 anos

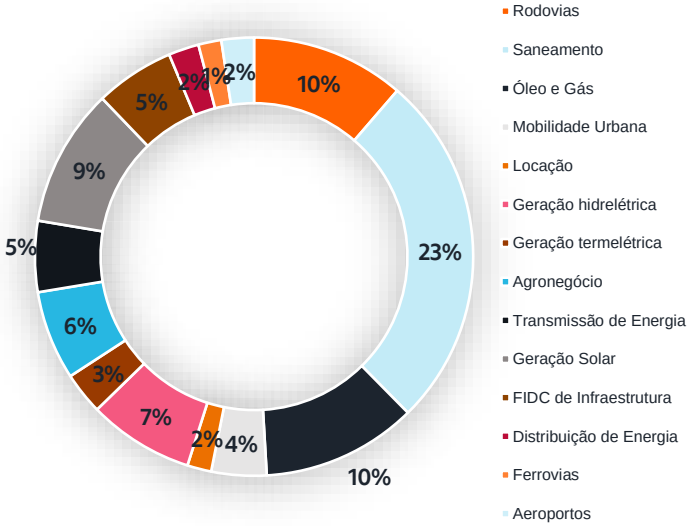
Informações sobre a carteira (em 30/04/2025)



Alocação por rating



Exposição setorial



Sobre os emissores

BRK Ambienta Maceió

A BRK Ambiental – Região Metropolitana de Maceió S.A. é a concessionária responsável pelos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Maceió e mais 12 municípios da região metropolitana da capital alagoana, que somam aproximadamente 1,4 milhões de habitantes na área de abrangência do projeto. O contrato de concessão, celebrado com o Estado de Alagoas, tem 35 anos de prazo de vigência e prevê investimentos expressivos visando a universalização do fornecimento de água (com 100% de cobertura) até 2027 e de coleta e tratamento de esgoto (com 90% de cobertura) até 2036. A BRK RMM é uma empresa 100% controlada pela BRK Ambiental, um dos maiores grupos privados de saneamento básico do Brasil, com mais de 20 concessões no Brasil e atendendo uma população de aproximadamente 16 milhões de usuários. A debênture da BRK RMM conta com a classificação de "debênture sustentável e azul", que reflete o compromisso da emissora de conduzir o seu projeto em um contexto de preservação dos recursos hídricos, conservação dos oceanos e da vida marítima.

Mez 1 Energia

A Mez 1 Energia S.A. é uma concessionária de transmissão de energia, responsável pela construção e operação de um lote de instalações composto por duas subestações (SE 230/69 kV Pirajá e SE 230/69 kV Camaçari II) e duas linhas de transmissão (LT 500 kV Sapeaçu - Camaçari IV e LT 230 kV Camaçari IV – Pirajá), que somam 145 km de extensão, atravessam diversos municípios do Estado da Bahia (12 municípios ao todo) e têm como função reforçar o fornecimento de energia para a região metropolitana de Salvador. O grupo Mez Energia arrematou este projeto no Leilão 02/2019 de linhas de transmissão da ANEEL e o contrato de concessão tem prazo de 30 anos. Uma vez concluídos os ativos, a concessionária receberá uma receita anual permitida (RAP) fixa durante todo o período da concessão. A Mez 1 Energia é controlada pela Mez Energia e Participações, que por sua vez é controlada por membros da família Zarzur.

PCH BV II

A Pequena Central Hidrelétrica Boa Vista II possui 24 MW de capacidade instalada de geração e se situa no rio Marrecas, nos municípios de Turvo e Prudentópolis, Paraná. A PCH possui contratos de venda de energia (PPAs) no Ambiente de Contratação Regulada com um pool de distribuidoras e PPAs no Ambiente de Contratação Livre. O ativo é controlado pelo grupo Ibema Participações e as debêntures foram classificadas como "debêntures verdes" pela consultoria Sitawi.

Enauta

A Enauta Participações é uma empresa de exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás. Com foco no estágio de produção, a companhia possui atualmente dois ativos operacionais, uma participação de 55% no Campo de Manati, na bacia de Camamu (no litoral da Bahia), que produz gás natural há mais de 15 anos e o Campo de Atlanta, na Bacia de Santos (litoral do Rio de Janeiro), integralmente detido e operado pela Enauta e em produção desde 2018. A Enauta Participações é uma sociedade aberta, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 e controle acionário pulverizado.

Sobre os emissores

Usina São Domingos

A Usina São Domingos é uma unidade industrial de produção de açúcar, etanol e outros produtos localizada em Catanduva, estado de São Paulo. Fundada em 1952, foi a primeira usina desta região do interior do estado. Com capacidade de moagem de 3 milhões de toneladas de cana por ano, a usina produz açúcar do tipo VHP (para exportação), etanol (anidro e hidratado), levedura e energia elétrica (a partir da queima do bagaço de cana). A usina tem gestão profissionalizada e é controlada por membros da família Sanches.

Águas do Rio 1 e 4

Águas do Rio 1 e 4 são as concessionárias responsáveis pelos serviços de distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgoto nas áreas central, sul e norte do Município do Rio de Janeiro e em outros 26 municípios fluminenses, abrangendo uma população total de aproximadamente 10 milhões de pessoas. As concessionárias investirão por volta de R$ 20 bilhões de reais, com o objetivo de atingir, até 2031, 99% de cobertura de fornecimento de água tratada e, até 2033, 90% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto, em linha com as metas estabelecidas em lei para universalização dos serviços de saneamento no Brasil. As Águas do Rio 1 e 4 são empresas controladas pela Aegea, GIC (fundo soberano de Singapura) e Itaúsa.

PetroReconcavo

A PetroReconcavo é uma das principais operadoras independentes de petróleo e gás em campos em terra e foi uma das pioneiras no Brasil na estratégia de revitalização de campos maduros de produção de hidrocarbonetos. A companhia possui 57 concessões de exploração e produção de O&G, das quais é também operadora em 55, nos estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte, com uma produção diária de aproximadamente 26 mil barris de óleo equivalente. A PetroReconcavo é uma sociedade aberta, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 e controle acionário pulverizado.

Rumo Malha Paulista

A Rumo Malha Paulista é uma subsidiária integral da Rumo S.A., a maior operadora de logística ferroviária independente do Brasil em termos de extensão de malha férrea, atendendo as principais regiões produtoras agrícolas do país. A Rumo Malha Paulista, por sua vez, opera sob regime de concessão vigente até 2058, uma malha ferroviária no estado de São Paulo com forte movimentação de granéis agrícolas e combustíveis. A Rumo é uma sociedade aberta, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3, sendo que o principal acionista é a Cosan S.A.

Bon Nome Solar Participações

A Bon Nome Solar Participações é uma holding que detém 100% de participação em um projeto de geração de energia solar, com 132 MW de capacidade instalada, localizado no município de São José do Belmonte, no interior do Pernambuco. O projeto está operacional desde fevereiro de 2022 e a venda da energia foi contratada no ambiente livre de comercialização. A Bon Nome é uma subsidiária integral indireta da Comerc Participações, que é um dos principais players do setor atuante em geração solar e eólica no Brasil. A Comerc é controlada pela Vibra Energia.

Sobre os emissores

São Roque Energética

A São Roque Energética é a sociedade de propósito específico criada para construir e operara a Usina Hidrelétrica São Roque, que se localiza no Rio Canoas, nos municípios de Vargem e São José do Cerrito, ambos em Santa Catarina. A usina está plenamente operacional, tem 141,9 MW de capacidade instalada, garantia física de 98,7 MW e o prazo da sua concessão se estende até dezembro de 2047. Sua energia é vendida em contratos de 20 anos de prazo de vigência no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) com um pool de distribuidoras de energia. O ativo é controlado pela Nova Participações S.A. que além da UHE São Roque, o grupo detém outros ativos de geração de energia.

Concessionária das Linhas 8 e 9

A Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo é a empresa que detém a concessão de 35 anos (contratada com o Estado de São Paulo) para operação das linhas Diamante e Esmeralda do sistema de trens de superfície da região metropolitana de São Paulo. A linha Diamante conecta a Zona Sul do Município de São Paulo até Osasco e a linha Esmeralda liga o centro da capital até Itapevi, totalizando 74 km de trilhos e um fluxo de cerca de 800 mil passageiros por dia útil. O contrato de concessão tem 35 anos de prazo e os recursos das debêntures serão utilizados em investimentos para renovação da frota de trens e ampliação e reforma de estações. A Concessionária das Linhas 8 e 9 é controlada pela CCR e pelo Grupo Ruas e as debêntures foram caracterizadas como "debêntures verdes", conforme parecer independente da consultoria NINT.

Rio + Saneamento

A Rio+ Saneamento é a concessionária responsável pelos serviços de distribuição de água tratada, coleta e tratamento de esgoto na zona oeste do Município do Rio de Janeiro e em outros 17 municípios fluminenses, abrangendo uma população total de aproximadamente 2,6 milhões de pessoas. A Rio+ investirá por volta de R$ 3 bilhões de reais, com o objetivo de atingir, até 2033, 99% de cobertura de fornecimento de água tratada e 90% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto, em linha com as metas estabelecidas em lei para universalização dos serviços de saneamento no Brasil. A Rio+ Saneamento é uma empresa controlada pelo Grupo Águas do Brasil e Vinci Partners.

FIDC Pirineus

O Pirineus FIDC de Infraestrutura é gerido pela própria Itaú Asset Management, pelo mesmo time de gestão responsável pelo IFRI. O Pirineus possui uma estratégia de seleção e alocação em ativos idêntica à do IFRI, ou seja, com o mesmo perfil de risco e ao longo do tempo as carteiras de ambos deverão ser muito similares. No entanto, devido ao efeito da subordinação das cotas em que o IFRI investe, este investimento deverá apresentar um rendimento superior à simples média ponderada dos ativos que compõem a carteira do Pirineus.

Brasil TecPar

A Brasil TecPar é uma empresa com atuação nacional, formada por diversas empresas regionais. Há 29 anos atua em operações com pequenos negócios, grandes corporações, instituições do setor público e setor de telecomunicações do Brasil, oferecendo soluções de conectividade via fibra ótica. As operações da companhia estão distribuídas em 159 cidades, localizadas em 7 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Sobre os emissores

Corsan

A Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) é a principal operadora dos serviços de saneamento básico no Estado do Rio Grande do Sul. Presente em 317 municípios gaúchos, a companhia atende uma população de aproximadamente 60% da população do estado e conta com um portfólio de concessões de mais de 30 anos em média com os municípios onde atua. A Corsan é controlada pela Aegea, que por sua vez é controlada pela Equipav, GIC e Itaúsa.

NTS

A Nova Transportadora do Sudeste (NTS) é uma empresa de transporte de gás natural por meio de gasodutos. A companhia detém uma rede de gasodutos que se estende pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e conecta importantes polos de produção de gás às áreas consumidoras, tendo como principal cliente a Petrobras. Os principais acionistas da NTS são um fundo gerido pela Brookfield e a Itaúsa.

Aegea Participações

A Aegea é o maior grupo privado do setor de saneamento do Brasil. Atua em mais de 500 cidades, servindo 31 milhões de pessoas em todas as regiões do país. Possui um portfólio bastante diversificado de concessões e PPPs de saneamento com um prazo médio remanescente de 31 anos. A Aegea é controlada pela Equipav, GIC e Itaúsa.

GNA I

A UTE GNA I é uma usina termelétrica movida a gás natural localizada no complexo do Porto do Açu, em São João da Barra, estado do Rio de Janeiro. O projeto da GNA I agrega a usina, um terminal portuário de regaseificação de gás natural (o combustível usado para geração de energia) e uma linha de transmissão dedicada de 52 km de conexão ao Sistema Interligado Nacional. A usina tem capacidade de geração de energia de 1.338 MW e tem contratos de venda de energia, no ambiente regulado de contratação, com um conjunto de 36 distribuidoras com vigência até 2043. A UTE GNA I é uma joint venture formada pela Prumo Logística, BP, Siemens e SPIC.

EPR Vias do Café

A EPR Vias do Café uma concessionária rodoviária no interior de Minas Gerais, com aproximadamente 430 km. A concessão conta com 6 praças de pedágio, tem duração até agosto de 2053. A companhia é uma investida da EPR Participações, uma companhia controlada pelo Grupo Equipav e a gestora Perfin.

Órigo Energia

O Grupo Órigo Energia é pioneiro em geração solar distribuída no Brasil. Fundado em 2010, tem como principal acionista a I Squared Capital. Possui mais de 145 projetos em operação, com um total de mais de 400 MW de capacidade instalada, atuando em diversas regiões do país.

Sobre os emissores

EPR Triângulo

A EPR Triângulo é a operadora de um conjunto de trechos de rodovias estaduais na região do Triângulo Mineiro que somam 627,4 km e passam por importantes cidades da região, como Uberlândia, Uberaba e Patrocínio e abrangem uma população de 2,1 milhão de habitantes. A concessão conta com 8 praças de pedágio, tem duração até fevereiro de 2053 e o poder concedente é a SEINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais. A EPR Triângulo é uma investida da EPR Participações, uma companhia controlada pelo Grupo Equipav e a gestora Perfin.

Giga Mais Fibra

A Giga Mais Fibra é resultado da união de uma série de provedores independentes de internet via fibra ótica, entre eles a Mob Telecom, Sumicity e Wirelink, formando a maior ISP independente do Brasil, com presença em todo o território nacional. A Giga Mais Fibra é controlada por fundos geridos pela EB Capital.

BRK Ambiental Participações

A BRK Ambiental Participações é a empresa holding de um dos maiores grupos privados de saneamento no Brasil, com mais de 20 concessões em todas as regiões do país e atendendo uma população de aproximadamente 16 milhões de usuários. A BRK Ambiental Participações é controlada por fundos geridos pela Brookfield.

PCH Confluência

A Pequena Central Hidrelétrica Confluência, localizada no Rio Marrecas, no município de Prudentópolis (PR), tem 27,435 MW de capacidade instalada de geração de energia e garantia física de 16,11 MWm. Sua energia é vendida em contratos de 30 anos de prazo de vigência no Ambiente de Contratação Regulado com um pool de distribuidoras de energia (totalizando 13,5 MWm de volume de energia contratada no ACR). O ativo é controlado por um grupo de investidores com histórico e experiência no desenvolvimento e construção de projetos de geração de energia e o papel conta ainda com a classificação de "debêntures verdes", conforme parecer independente elaborado pela consultoria Bureau Veritas.

AXS 9

Criada em 2021, a AXS é o braço de geração solar distribuída do Grupo Roca, um grupo com mais de 40 anos de atuação no setor elétrico, com ampla experiência na construção de parques eólicos e solares, linhas de transmissão, subestações e hidrelétricas. A AXS possui um portfólio de desenvolvimento de parques solares que totalizam 345 MW de capacidade instalada. A AXS 9 é um desses projetos, que soma 22 MW de capacidade instalada e compreende UFVs localizadas nos estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso.

Equatorial Goiás

A Equatorial Goiás Distribuidora é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no estado de Goiás. A companhia pertence ao Grupo Equatorial, que atua nos segmentos de distribuição a transmissão de energia em diversas regiões do país.

Sobre os emissores

Eletrobras

A Eletrobras é a maior empresa brasileira dos segmentos de geração e transmissão de energia. Em geração, possui 44,3 GW de capacidade instalada, o que corresponde a 22% de toda a capacidade do Brasil e dos quais 97% são provenientes de fontes limpas. Já no segmento de transmissão, a empresa possui 73,8 mil km de linhas, o que corresponde a 38% do total do Brasil. Desde a sua privatização em junho de 2022, a Eletrobras é hoje uma True Corporation, ou seja, não possui controle definido.

LM Mobilidade

Desde a década de 90 a LM atua no segmento de gestão e terceirização de frotas corporativas. Em 2022, o grupo Volkswagen passou a deter 60% do capital da companhia e, desde então, atua em terceirização de frotas, assinatura de veículos, venda de seminovos, aluguel para motoristas de aplicativo e assinatura de caminhões.

Highline

Fundada em 2012, a Highline provê infraestrutura compartilhada de telecomunicações como torres, postes, estruturas em topos de prédios para as operadoras de telefonia celular instalarem suas antenas. São mais de 13.500 pontos de infraestrutura no Brasil todo. A empresa é controlada pela Digital Bridge, uma gestora americana de ativos em infraestrutura digital.

Green Yellow

A GreenYellow é uma empresa especializada em eficiência energética, energia solar, serviços em energia e mobilidade elétrica. A companhia foi criada em 2007, tem operações em 16 países e possui um portfólio de eficiência energética com mais de 3,5 mil projetos implementados em todo o mundo, sendo mais de mil deles no Brasil, onde opera desde 2013. Em energia solar, a companhia detém mais de 930 MWp globalmente e, no Brasil, possui mais de 70 usinas conectadas ou em implantação, somando 190 MWp de potência instalada. A GreenYellow é controlada pela Ardian, grupo de origem francesa.

Ferrari Agroindústria

A Ferrari Agroindústria foi fundada nos anos 1950 no município de Pirassuninga, estado de São Paulo. A indústria conta hoje com uma capacidade de moagem de 3,5 MM de toneladas de cana por ano, com produção de açúcar VHP, etanol anidro e hidratado e energia elétrica através de cogeração de queima de bagaço de cana, através de sua investida São Luiz Bioenergia. O grupo é controlado por membros da família Ferrari.

Equatorial Pará

A Equatorial Pará Distribuidora é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no estado do Pará. A companhia pertence ao Grupo Equatorial, que atua nos segmentos de distribuição a transmissão de energia em diversas regiões do país

Sobre os emissores

Açucareira Quatá

A Açucareira Quatá S.A. pertence ao Grupo Zilor, que, com 3 plantas industriais no interior do estado de São Paulo e capacidade de moagem de 12 milhões de tonelada de cana por ano, é um dos maiores conglomerados sucroenergéticos do país. O Grupo Zilor é controlado pelas famílias Zillo e Lorenzetti.

Faro Energy Holding IV

A Faro Energy Holding IV é uma subsidiária integral da Faro Energy, uma empresa especializada no desenvolvimento de ativos de geração solar de energia no Brasil, presente em 17 estados do país e contando com mais de 105 usinas em operação. O portfólio de ativos solares do grupo Faro Energy crescerá com os projetos da Holding IV, que totalizam 56,5 MW de capacidade instalada, espalhadas em 31 novas UFVs em 10 estados do Brasil, a saber, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Ceará e Pernambuco. A Faro Energy é controlada pela Modern Energy, uma empresa americana que atua como uma plataforma de investimento em empresas focadas na transição e modernização da matriz energética.

PAX e PRS Aeroportos

A PAX Investimentos é uma empresa controlada pelo Fundo XP Infra IV que investe na PRS Aeroportos. Em conjunto essas empresas controlam e operam os aeroportos de Campo de Marte, em SP e Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, cujo contrato de concessão, celebrado junto a ANAC, possui 30 anos de duração, vencendo em fevereiro de 2053.

Brazil Tower Company

Fundada em 2011, a Brazil Tower Company provê infraestrutura compartilhada de telecomunicações como torres e postes para as operadoras de telefonia instalarem suas antenas. São mais de 1.500 torres, espalhadas por todo o Brasil, e seus principais clientes são Vivo, Tim e Claro.

Características Operacionais

ISIN:	BRIFRICTF007
Nome	Itaú FIC FI de Infraestrutura CDI
C.N.P.J.:	53.556.099/0001-79
Taxa de adm.:	0,85% a.a.
Público Alvo:	Público Geral
Início do fundo	02/05/2024
Patrimônio Líquido	R$ 1.014 milhões
Número de Investidores	12.581
Valor da Primeira Cota:	R$ 100,00
Formador de mercado:	XP Investimentos Corretora
Volume Negociado no mês (média diária)	R$1.710 mil / dia
Classificação Anbima:	Renda Fixa – Duração Livre –Crédito Livre
Pagamento de Rendimentos:	5º dia útil do mês

Para mais informações

Acesse a página do fundo

Como negociar?

Acesse o site **itaucorretora.com.br**

Pesquise por **IFRI11**

ITAÚ FIC DE FUNDOS INCENTIVADOS DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM INFRAESTRUTURA CDI RF CP - CNPJ 53.556.099/0001-79 Este fundo é supervisionado e fiscalizado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (Serviço de atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br). Público alvo: O FUNDO, a critério do ADMINISTRADOR, receberá recursos exclusivamente de pessoas físicas e jurídicas que sejam investidores qualificados, e fundos de investimentos destinados a qualquer público, clientes do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de controladas, direta ou indiretamente, pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Objetivo do fundo: O Fundo visa proporcionar a seus Cotistas uma Rentabilidade Alvo que busque, no longo prazo, acompanhar a variação da taxa CDI Acrescido de um spread de 0,5% (meio por cento) ao ano a 1,0% (um por cento) ao ano, considerando-se a variação do valor patrimonial das Cotas e as eventuais Distribuições de Rendimentos conforme o regulamento. A Rentabilidade Alvo ora descrita não representa promessa ou garantia de rentabilidade ou isenção de riscos para seus Cotistas. Tipo Anbima: Agro, Indústria e Comércio - Infraestrutura: Fundos que buscam retorno por meio de investimentos em carteira de recebíveis (direitos ou títulos), originários de operações dos setores de infraestrutura, tais como geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, telecomunicações, saneamento básico e transportes. Taxa de Administração máx.: 0,85% a.a. Não há incidência de imposto de renda, apenas para investidores pessoa física, nos termos do art. 3º §1º da Lei 12.431/ 2011. Este fundo tem menos de 12 (doze) meses. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Fonte de dados do material: Itaú Asset Management. Material de divulgação do fundo - A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes. Leia a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. Leia a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou fundo garantidor de crédito – FGC. Para obter mais informações, entre em contato pelo telefone (11) 3631-2555. Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, utilize o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas, ou o canal Fale Conosco (www.itau.com.br). Se necessário contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, todos os dias, 24 horas, 0800 722 1722.

Para mais informações acesse: www.itauasset.com.br